



São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90



ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SÃO JOÃO PREV.

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, às 09h00min (nove horas), reuniram-se na sede do São João Prev, o Superintendente Sr. Sérgio Venício Dragão e os Membros do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista. Os trabalhos tiveram início com a presença do Presidente Sr. Cironi Borges de Carvalho e dos Membros: Amélia Aparecida Guerreiro; Thárcio de Luccas Mendonça Azevedo, Luís Carlos Evaristo e José Roberto Felipe. E a Conselheira Maria Ligia Marinho Campos justificou sua ausência.

Com quórum para realização da reunião, o Superintendente Sr. Sérgio Venício Dragão iniciou esclarecendo aos Conselheiros sobre o andamento da regularização da Previdência Complementar. Apresentou dados referentes aos investimentos, os valores dos rendimentos conforme o tipo (Renda Fixa e Renda Variável), o saldo final de outubro de 2021 segregado em Plano Financeiro e Previdenciário e os percentuais de cada Plano. Informou aos Conselheiros sobre a posição dos investimentos e o cenário econômico no mês de outubro e as expectativas para os próximos períodos do exercício e o aumento dos limites dos investimentos no exterior. Outros assuntos foram: Prêmio Destaque ABIPEM recebido pelo São João Prev; Precatórios pagos no período sendo que os valores referentes ao Plano Financeiro foram reembolsados pelo Ente, nesse caso a Prefeitura Municipal; IEG-PREV – Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no “Anuário 2021”, sendo o São João Prev classificado como B+ (Muito Efetiva); Quadro de servidores atualizado em 31/10/2021 por Plano (Financeiro e Previdenciário).

Apresentou aos Conselheiros Relatório da Análise Publicada pela Empresa de Consultoria de Investimentos – LDB do mês de outubro/2021 e o Relatório de Conclusão da Fiscalização do Tribunal de Contas do Exercício de 2020 e os apontamentos feitos pelo Agente de Fiscalização do TCE-SP.

Foram analisados pelos Membros do Conselho os relatórios descritos a seguir: Balancetes da Receita e Despesa; Relatório de Receitas e Despesas - onde são demonstradas as Receitas de Contribuições Previdenciárias, Despesas Previdenciárias e Administrativas, Receitas de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral e o Regime Próprio (CompREV), Receitas de Aportes realizados; Relatório dos Investimentos



São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90**



- Rendimentos das Aplicações Financeiras; Conciliações Bancárias (Investimentos e Contas Correntes); Demonstrativo dos Saldos Bancários do mês de outubro de 2021. Nada mais havendo a ser analisado, a reunião foi encerrada às 10h30min (dez horas e trinta minutos) do mesmo dia e eu, Edilaine Aparecida Trindade, na qualidade de secretária lavrei a presente. São João da Boa Vista, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um.

Cironei Borges de Carvalho

Presidente

Luis Carlos Evaristo

Membro

Amélia Aparecida Guerreiro

Membro

Thárcio de Luccas M. Azevedo

Membro

Edilaine Aparecida Trindade

Secretária

José Roberto Felipe

Membro



São João Prev
Juntos garantindo o futuro!
Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

CNPJ 05.774.894/0001-90



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Após análise dos Balancetes da Receita e Despesa; Relatório de Receitas e Despesas - onde são demonstradas as Receitas de Contribuições Previdenciárias, Despesas Previdenciárias e Administrativas, Receitas de Compensação Previdenciária entre o Regime Geral e o Regime Próprio (Comprev), Receitas de Aportes realizados; Relatório dos Investimentos - Rendimentos das Aplicações Financeiras; Conciliações Bancárias (Investimentos e Contas Correntes); Demonstrativo dos Saldos Bancários de outubro de 2021, houve por parte dos presentes o entendimento de que a documentação está regular, razão pela qual opinamos pela aprovação sem qualquer ressalva ou recomendação dos Balancetes Mensais da Receita e Despesa do mês de outubro de 2021.

Cironel Borges de Carvalho

Presidente

Amélia Aparecida Guerreiro

Membro

Edilaine Aparecida Trindade

Secretária

Luis Carlos Evaristo

Membro

Thárcio de Luccas M. Azevedo

Membro

José Roberto Felipe

Membro



**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – SÃO JOÃO PREV
OUTUBRO/2021**

APLICAÇÕES FINANCEIRAS:

Assim como aconteceu em setembro, o mês de outubro foi marcado por forte volatilidade nos nossos mercados, sendo a inflação crescente um dos mais importantes. Contrariando os índices das bolsas externas, o Ibovespa teve queda de 6,74% e passou a acumular uma perda de 13,04% em 2021.

Nossas aplicações, na data de 31/10/2021, estão distribuídas com **68,30% em RENDA FIXA**, com rendimentos atrelados ao IMA-Índice de Mercado ANBIMA, CDI e IPCA; **30,43% em RENDA VARIÁVEL**, com rendimentos atrelados a IBOVESPA e IBRx 100 e **INVESTIMENTOS NO EXTERIOR**, com **1,27%** de nossa carteira.

As aplicações financeiras do SÃO JOÃO PREV, no mês de outubro/2021 apresentaram rendimentos negativos de **R\$ -4.341.651,51**. As aplicações de RENDA FIXA apresentaram rendimentos negativos de R\$ -1.396.685,12; as aplicações de RENDA VARIÁVEL apresentaram rendimentos negativos de R\$ -3.081.256,20 e no EXTERIOR tivemos rendimentos positivos de R\$ 136.289,81. O Investimento no Exterior vem entregando rendimentos positivos há quatro meses.

No final do mês as aplicações do SÃO JOÃO PREV fecharam com o saldo total aplicado de **R\$ 155.953.267,06**. Além das aplicações havia disponibilidade de recursos do PLANO FINANCEIRO de **R\$ 3.135.280,45**, que serão utilizados para pagamento da folha da competência de outubro/2021, em 01/11/2021, totalizando **R\$ 159.088.547,51**.

APLICAÇÕES	PLANO PREVIDENCIÁRIO	PLANO FINANCEIRO	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	FUNDO DE OSCILAÇÃO	TOTAL
RENDA FIXA	101.564.065,52	0,00	3.599.801,74	1.348.095,88	106.511.963,14
RENDA VARIÁVEL	47.457.938,16	0,00	0,00	0,00	47.457.938,16
EXTERIOR	1.983.365,76	0,00	0,00	0,00	1.983.365,76
TOTAL	151.005.369,44	0,00	3.599.801,74	1.348.095,88	155.953.267,06
RENDIMENTOS					
RENDA FIXA	-1.341.130,60	10.966,75	-72.997,93	6.476,66	-1.396.685,12
RENDA VARIÁVEL	-3.081.256,20	0,00	0,00	0,00	-3.081.256,20
EXTERIOR	136.289,81	0,00	0,00	0,00	136.289,81
TOTAL	-4.286.096,99	10.966,75	-72.997,93	6.476,66	-4.341.651,51

GRÁFICO DOS RENDIMENTOS E METAS ATUARIAS

VIDE DADOS ANEXOS



São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

CNPJ 05.774.894/0001-90



PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Como de costume nosso INSTITUTO vem cumprindo religiosamente as normas e obrigações legais para a administração do regime próprio de previdência social, juntamente com o poder Executivo, Legislativo e Autarquia, que compõem os entes que contam com servidores públicos em nossa cidade. Tivemos o implemento da alíquota de 14% para os servidores, obtivemos a Certificação do Pró-Gestão e no dia 29/10/2021 foi votada a Lei que instituiu a PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, conforme exigência constitucional prevista na EC 103/2019. Agora nos resta a contratação da empresa fechada de previdência complementar para administrar as aposentadorias dos servidores que terão vencimentos acima do limite máximo da previdência social.

PRÊMIO DESTAQUE DA ABIPEM:

Como informado anteriormente, o SÃO JOÃO PREV se inscreveu para concorrer ao "Prêmio Destaque Brasil de Responsabilidade Previdenciária da ABIPEM", que tem como objetivo fomentar, identificar, incentivar, reconhecer e divulgar instituições que investem na gestão previdenciária. Foram cerca de 200 RPPS que se inscreveram, em diversos portes e categorias. Nosso Instituto foi classificado em 5º. lugar, no Grupo 2, categoria de 501 a 2.000 servidores, cuja premiação ocorrerá durante 54º. CONGRESSO NACIONAL DA ABIPEM, na cidade de Goiânia-GO.

Registramos, ainda, que fomos classificados para concorrer ao "12º. PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA" da ANEPREM, cuja premiação ocorrerá no dia 22/11/2021.

PRECATÓRIOS

Cumprindo nossa obrigação legal de liquidar os PRECATÓRIOS, efetuamos o pagamento de R\$ 974.058,31, equivalente a quatro beneficiários vinculados ao PLANO PREVIDENCIÁRIO. Dos onze precatórios que tínhamos a liquidar neste ano de 2021, sete são do PLANO FINANCEIRO.. No cálculo da INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA da competência de setembro/2021 foram incluídos o valor de **R\$ 303.762,01** que foram devidamente repassados pela Prefeitura Municipal e o pagamento foi de R\$ 306.465,46.

ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA - IEG-PREV

Recebemos a publicação do "ANUÁRIO 2021", publicado pelo TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, que apura o ÍNDICE DE EFETIVIDADE DA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA - IEG-PREV

A Previdência Social tem como finalidade prover a subsistência do trabalhador e seus dependentes em caso de incapacidade laboral, aposentadoria ou morte. Diante do contexto histórico da previdência, bem como das recentes mudanças advindas com a Reforma da Previdência pela Emenda Constitucional nº 103/2019, verifica-se cada vez mais a importância e



São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA**

CNPJ 05.774.894/0001-90



a necessidade do controle social, em que os cidadãos reivindicam o acesso legítimo às informações que lhes permitam avaliar os resultados das ações dos gestores públicos e sua adequação aos compromissos assumidos com a população. Por isso, pelo segundo ano consecutivo, com entrega obrigatória, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo apura a situação previdenciária dos municípios, com foco naqueles que possuem Regime Próprio de Previdência Social por meio do Índice de Efetividade da Gestão Previdenciária Municipal – IEG-Prev/Municipal -TCESP.

O IEG-Prev/Municipal – TCESP é o índice de desempenho da Corte de Contas Paulista, composto por 04 (quatro) tipos de questionários, que abordam 07 (sete) áreas temáticas, consolidados em um único índice por meio de um modelo matemático que busca avaliar a adequação do Ente à legislação vigente e à aplicação de boas práticas na gestão previdenciária no município.

Este índice demonstra, dentre outros aspectos, o cumprimento das obrigações previdenciárias, bem como a existência de eventual endividamento previdenciário do município com o Regime Geral de Previdência Social e Regime Próprio de Previdência Social e o comprometimento das receitas do município em relação ao pagamento dos encargos e dívidas previdenciárias.

O índice é composto pela combinação dos seguintes dados:

- Informações obtidas a partir de questionários preenchidos pelos órgãos municipais;
- Informações extraídas do Sistema AUDESP; e
- Dados governamentais e outras fontes oficiais de informação.

O IEG-Prev/Municipal TCESP contempla sete áreas temáticas relevantes para a saúde do sistema previdenciário:

- Contribuições
- Endividamento
- Atuária
- Investimentos
- Benefícios
- Sustentabilidade dos RPPS
- Fidedignidade das informações

O IEG-Prev/Municipal TCESP possui cinco faixas de resultados, definidas em função da consolidação das notas obtidas nos 04 (quatro) tipos de questionários com foco nas 07 (sete) áreas temáticas. O enquadramento dos municípios em cada uma dessas faixas obedece aos seguintes critérios:

Nota	Faixa	Critério
A	Altamente efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 95% da nota máxima e nota igual ou maior que 90 em todos os tipos de questionários aplicados no município.
B+	Muito efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 85% e menor que 95% da nota máxima.
B	Efetiva	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 70% e menor que 85% da nota máxima.
C+	Em fase de adequação	IEG-Prev/Municipal maior ou igual a 60% e menor que 70% da nota máxima.
C	Baixo nível de adequação	IEG-PREV Municipal menor que 60% da nota máxima



São João Prev

Juntos garantindo o futuro!

Autarquia Municipal Criada
pela Lei 1.133 de 27/06/2003

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICO
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA
CNPJ 05.774.894/0001-90



Esta é a primeira Edição do Anuário do IEG-Prev e consolidará os resultados dos últimos 2 exercícios (2019 e 2020), coletas em 2020 e 2021, respectivamente.

CONCLUSÕES:

SITUAÇÃO ATUARIAL DOS RPPS: dos 219 municípios do Estado de São Paulo que possuem RPPS. 80% ou 175 dos RPPS tinham DÉFICIT ATUARIAL e 20%, ou 44 apresentaram SUPERÁVIT ATUARIAL.

RENTABILIDADE X META ATUARIAL: **Em 2019** 23% (50) dos RPPS NÃO ATINGIRAM a META ATUARIAL E 77% (169) ATINGIRAM A META ATUARIAL. Já no ano de **2020**, 96% (211) não conseguiram atingir a META ATUARIAL e apenas 4% (8) atingiram a META ATUARIAL.

RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2020 – ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA IEG-PREV – TCESP:

MUNICÍPIOS FAIXA DE RESULTADO “A” (ALTAMENTE EFETIVO): 4 (quatro)

MUNICÍPIOS FAIXA DE RESULTADO “B+” (MUITO EFETIVO): 39 (trinta e nove)

MUNICÍPIOS FAIXA DE RESULTADO “B” (EFETIVO): 80 (oitenta)

MUNICÍPIOS FAIXA DE RESULTADO “C+” (FASE DE ADEQUAÇÃO): 38 (trinta e oito)

MUNICÍPIOS FAIXA DE RESULTADO “C” (BAIXO NÍVEL DE ADEQUAÇÃO): 58 (cinquenta e oito)

AVALIAÇÃO DO SÃO JOÃO PREV – IEG-PREV – TCESP : “B+” (MUITO EFETIVO)



QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O quadro de APOSENTADOS E PENSIONISTAS do PLANO FINANCEIRO, no mês de outubro de 2021, **aumentou em 2** servidores, já de SERVIDORES ATIVOS o número de servidores **diminuiu em 4** servidores. No PLANO PREVIDENCIÁRIO reduziu em 2 o número de APOSENTADOS E PENSIONISTAS e de SERVIDORES ATIVOS **aumentou em 2** servidores. No GERAL se **manteve o número de APOSENTADOS E PENSIONISTAS** e ocorreu uma **redução de 2 SERVIDORES ATIVOS** .

1) PLANO FINANCEIRO 31/10/2021

CATEGORIA	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	541	3	32	0	576
PENSIONISTAS	93	1	9	0	103
TOTAL	634	4	41	0	679
SERVIDORES ATIVOS	761	1	74	4	840
COEFICIENTE (Ativos/Aposentados)	1,20	0,25	1,80	-	1,24

2) PLANO PREVIDENCIÁRIO 31/10/2021

CATEGORIA	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	317	2	13	0	332
PENSIONISTAS	88	1	2	0	91
TOTAL	405	3	15	0	423
SERVIDORES ATIVOS	963	8	162	7	1.140
COEFICIENTE (Ativos/Aposentados)	2,38	2,67	10,80	-	2,70

3) TOTAL GERAL (PLANOS FINANCEIRO E PREVIDENCIÁRIO) - 31/10/2021

CATEGORIA	PREFEITURA	CÂMARA	UNIFAE	IPSJBV	TOTAL
APOSENTADOS	858	5	45	0	908
PENSIONISTAS	181	2	11	0	194
TOTAL	1.039	7	56	0	1.102
SERVIDORES ATIVOS	1.724	9	236	11	1.980
COEFICIENTE (Ativos/Aposentados)	1,66	1,29	4,21	-	1,80

OUTUBRO/2021

RELATÓRIO DA ANÁLISE PUBLICADA POR NOSSA EMPRESA DE CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS - "LDB" (MÊS DE OUTUBRO/2021):

Agregando o avanço inflacionário novamente acima do esperado, dúvidas fiscais mais acentuadas e acirramento de tensões políticas entre os três poderes, outubro também apresentou mais um mês de má performance para os mercados locais, com ênfase maior para ativos de maior risco. Dito de outra forma, quase que um pouco mais do mesmo no que diz respeito à direção, porém, com intensidade negativamente maior, assim foi outubro. Sobre a pandemia, os números de novos casos de contágio por Covid-19 no Brasil continuam caindo, de 15.385, observados em 11.10.2021, para 10.501, observados em 10.11.2021, conforme dados coletados junto à Heuters. Esses números ainda se encontram em patamares altos, mas, continuam apresentando consistente queda. Em linhas gerais, os programas de vacinação vem sendo cumpridos de forma satisfatória. Essa dinâmica de queda continua sendo um fator positivo para a atividade econômica local. Com enfoque maior no campo político e fiscal, e olhando de outubro para adiante, o cenário de incertezas internas não apresentou melhora, pelo contrário. Sem muito impacto nos mercados, a leitura do relatório final da CPI da Covid-19 apresentou o pedido de indiciamento, por diversos crimes cometidos ao longo da pandemia, do presidente da república e de outras 75 pessoas, e duas empresas, em linha com o que já vinha sido sinalizado por seu relator, aumentando um pouco mais a pressão política, já em alta temperatura. Adicionalmente, e aí sim de forma relevante, houve um importante agravamento de expectativas sobre o cumprimento do teto de gastos e responsabilidade fiscal, em especial sobre o financiamento do novo bolsa família, em ano pré-eleitoral. Não foi bem digerido pelo mercado o trecho da fala de Paulo Guedes, durante evento promovido pela Abrainc em 20.10.2021, naquela altura, sobre uma potencial ruptura do teto de gastos, tão temida pelos investidores, através do uso de uma "licença com número limitado" a pouco mais de R\$ 30 bilhões para financiar o Auxílio Brasil, o novo Bolsa Família. Após o anúncio, houve pelo menos quatro importantes baixas no ministério da economia, sendo duas delas os pedidos de exoneração do secretário especial do Tesouro e Orçamento, Bruno Funchal, e do secretário do Tesouro Nacional, Jeferson Bittencourt. Foram dois dias seguidos de fortes quedas do Ibovespa durante e no fechamento desses dois pregões, e, os juros futuros apresentaram forte alta. Desse modo, e salvo o IMA-S e o CDI, com retornos positivos de +0,58% e +0,48%, respectivamente, os demais indicadores de renda fixa aqui acompanhados apresentaram retornos negativos, em especial aqueles com exposição mais longa, a exemplo do IRF-M 1+ (-3,44%) e do IMA-B5+ (-3,44%), dentre outros. Sobre o mercado de renda variável, também afetados por discussões políticas e principalmente por maiores dúvidas no âmbito fiscal, os índices de bolsa locais apresentaram mais um mês com retornos negativos e de forma generalizada. Assim, partindo aleatoriamente aqui do IDIV, com queda de -4,23%, e do Ibovespa com queda de -6,74%, também destacamos as quedas do IBrX - 100 (-6,81%), IVBX-2 (- 8,37%) e do SMLL (-12,53%), dentre outros. Em termos de política monetária, em sua última reunião, realizada em 27.10.2021, e adicionalmente considerando a escalada de percepção inflacionária, o BCB elevou a taxa Selic em 1,5%, de 6,25% para 7,75%, em linha com as expectativas de mercado, havendo ainda apostas de elevação maior. Para a próxima reunião do Copom, já pré agendada para os dias 7 e 8 de dezembro, o comitê também já adiantou mais uma alta de 1,5%, onde

iríamos dos atuais 7,75% para 9,25% ao final de 2021, se tudo o mais constante. Por falar em inflação, a sinalização do IBGE na última quarta-feira trouxe números acima das expectativas de mercado, surpreendendo negativamente. O IPCA de outubro ficou em 1,25%, acima da expectativa de mercado, que era de 1,05%, acumulando alta de 8,24% no ano. Este é o maior índice para o mês de outubro desde 2002. O IPCA nos últimos 12 meses, de 10,67%, também ficou acima da expectativa, que era de 10,45%. Com alta generalizada dos nove grupos de produtos e serviços, o destaque de alta ficou para transportes, com alta de 2,62%, por conta dos combustíveis, seguido pela alta nos preços de alimentos e habitação. Tentando extrair algum fator positivo do cenário doméstico, e daí replicando o já que tínhamos comentado nos últimos relatórios macroeconômicos, com a abertura contínua de prêmios das NTB-s, mas, agora também com bons prêmios nos vencimentos mais curtos, e, ainda se considerarmos que para o ano que vem a SPREV limitou a meta atuarial para uma taxa real de 5,04%, a estratégia de compra direta de NTN-Bs, para carregamento até o vencimento, pode auxiliar numa “ancoragem de rentabilidade” um pouco acima da meta atuarial do RPPS, bem como, pode contribuir proporcionalmente para uma redução da volatilidade global da carteira de investimentos do instituto, devido ao benefício da “marcação na curva” do preço desse ativo. Aqui, somente a título de exemplo da “Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ” para o IPCA, estimada e divulgada pela ANBIMA para o fechamento de 09.11.2021, e apresentada no item 3 deste relatório como “Taxa de Juros Real”, a taxa de juros real com vencimento para nove anos apresentava taxa de retorno estimada em 5,20% a.a., já acima do limite de meta atuarial proposta pela SPREV para o ano de 2022, que é de 5,04%. Comparativamente, em 08.10.2021 essa mesma taxa estava em 4,94% a.a. Posto isso, os pontos de atenção por aqui continuam por conta do ainda alto nível de infecções e mortes por Covid-19, já com consistente tendência de queda, do elevado nível de desemprego formal, ainda acima de 14 milhões de trabalhadores, da escalada inflacionária, de uma potencial crise na geração de energia elétrica, do aumento de preocupação fiscal em ano pré-eleitoral, dos constantes e crescentes ruídos políticos, dos desdobramentos que podem ser trazidos pela CPI da Covid-19, e a necessidade de discussão e aprovação de importantes e consistentes reformas, tais como a reforma tributária e a administrativa. São muitas e desafiadoras frentes. O fato é que se esses eventos não evoluírem, de forma minimamente positiva, poderão em alguma medida penalizar a intensidade e o ritmo do crescimento do brasileiro, com já vem acontecendo nas revisões semanais do relatório FOCUS do BCB.